VII Simpósio Nacional de História Cultural
HISTÓRIA CULTURAL: ESCRITAS, CIRCULAÇÃO, LEITURAS E RECEPÇÕES
Universidade de São Paulo – USP
São Paulo – SP
10 e 14 de Novembro de 2014

A IGREJA CATÓLICA E O ESTADO NO INÍCIO DO SÉCULO XX: MOVIMENTOS CATÓLICOS, SOCIEDADE E ANTICOMUNISMO

John Lennon José Oliveira da Silva*

Este artigo tem por finalidade demonstrar como a Igreja Católica, enquanto, instituições com características de sociedade autônoma têm em muitos momentos de conflitos e acirramentos com o Estado no Brasil, buscado estratégias de profunda atuação juntos as camadas sociais em um processo de autoafirmação. No entanto, é perceptível que tal processo de autoafirmação da Igreja em alguns momentos delicados de nossa história recente, só tornaram-se possíveis, através de alianças com o Estado ou por meio da gestação de movimentos católicos que pretendem cumprir os cronogramas de luta da Igreja perante a sociedade no que toca suas preocupações, interesses e missão ou de seus precursores e fundadores de alguns movimentos do laicato católico.

O palco das relações entre a Igreja e o Estado, em alguns casos tomando o Estado o papel de contestador, vilão, ou defensor dos interesses da Igreja, não podemos deixar de mencionar que essa instituição no pensamento do teórico italiano Antonio Gramsci "é uma das engrenagens essenciais do verdadeiro Estado", (PORTELLI, Hugues, 1984, p. 35).

* Graduado em História pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Caruaru – FAFICA. Integra o Programa de Pós-Graduação em História da (UFPE) Universidade Federal de Pernambuco, como pesquisador bolsista do CNPq no curso de Mestrado. Atualmente desenvolve pesquisa sobre "as relações político-sociais da Igreja Católica com o golpe civil-militar de 1964, na cidade de Caruaru no agreste de Pernambuco".

Devemos destacar que como qualquer outra comunidade religiosa, a Igreja Católica tem no decorrer dos séculos se sobressaído como palco para "defrontações entre tendências e interesses", como dissemos acima. Passando seus agentes e fieis, sagrados ou não, à colaborarem com sua própria e especifica "política", nas mais detalhadas formas do fazer e defender politicamente, dentro deste cenário podemos interpretar a a Igreja como "aparelho ideologico de Estado" que relaciona-se com a "sociedade política" tomando os conceitos de Gramsci[1].

A Igreja entendida na perpectiva gramsciana é como "uma casta intelectual autonôma e como o equivalente, ao nível ideologico, do aparelho do Estado em nível repressivo"[2], e desenvolve por vezes uma "ação" associada ao Estado, em defesa de seus interesses, exemplo disso, são grupos e camadas sociais que dados momentos historicos ameaçavam a instituição religiosa em sua particular perpectiva e cosmovisão de mundo, daí passa a Igreja agozando de cerca "autonomia" como corpo de natureza estatutaria juridicamente "privada".

Portanto, o artigo traça um panorama da atuação da Igreja Católica nas décadas que antecedem o golpe de Estado de 1964, assim como sua configuração enquanto organização, contribuindo para compreender o lugar dessa instituição durante o evento de 1964, em um exercício de regressão, sem deixar de ter sob o horizonte que o conhecimento do presente ao qual nos debruçamos na pesquisa não esta desligado do passado, concebemos como o historiador Marc Bloch que o "momento atual" ou cotidiano "seja senão uma perpetua evanescência"[3], ou seja, um tempo fugaz, efêmero, mas que por outro lado "a fronteira entre o presente e o passado não se desloca por isso num movimento menos constante" (BLOCH, Marc, 2001, p. 61), o que nos remete o historiador Brasileiro Ciro Flamarion Cardoso, que refletindo sobre "mémoria individual", "identidade" e "mémoria coletiva" nos diz; "o presente depende em muito do passado, mas a retenção e reconstrução do passado se dão no presente e nele estão ancoradas"[4]. .

---

[1] PORTELLI, Hugues. **Gramsci e a questão religiosa**. Tradução de Luiz João Gaio: Edições Paulinas, 1984, p. 37.

[2] Ibdem, p. 35.

[3] BLOCH, Marc. **Apologia da História**, ou o Ofício do Historiador. Tradução de André Telles, Jorge Zahar Editor, Rio de Janeiro, 2001, p. 61.

[4] CARDOSO, Ciro Flamarion. **Um historiador fala de teoria e metodologia**: ensaios. Bauru, SP: Edusc, 2005, p. 20.

E no caso de nossa pesquisa a fronteira entre o presente estudado e seu passado estão em constante ebulição, transformação legando modificações conjecturais a Igreja Católica que terá seu perfil institucional alterado e "com isso, a imagem tradicional da Igreja, sua linguagem e sua projeção na sociedade apresentavam uma nova direção"[5]; conforme salienta Delgado e Passos (2003: 96).

IGREJA E ESTADO

No inicio do século XIX, o Brasil tem sua estrutura política e governamental modificada com a instauração da República em 15 de novembro de 1899. Na primeira década deste período se desenrolaram entre os recém-republicanos, os positivistas, liberais e católicos fortes embates que colocam em questão a separação entre Igreja e Estado, e a liberdade destas duas instituições.

Nestes debates pouco a pouco se evidencia o antagonismo na lógica dos liberais quanto ao Estado e a Igreja, ambas estas instituições não podem mais estar juntas, salientaram eles, do outro lado tem ascensão a forte preocupação dos católicos ultramontanos em combater a laicidade, o liberalismo e a tentativa de exclusão da Igreja do plano político-público do Estado, além dos demais assuntos seculares.

Um destes ultramontanos foi Dom Frei Vital, bispo de Olinda entre os anos de 1871 e 1893, sua atuação na diocese procurou a todo instante defender os ensinamentos da Igreja, perante o Estado, e mais particularmente contra a Maçonaria, é conhecido seu envolvimento em 1872, na *questão religiosa*[6] que acabará por estremecer as relações da Igreja Católica e do Estado ainda no fim do Império, sendo solucionado em 1875, no entanto, essa relação não resistirá por muito tempo, só até 1889 com a República.

Analisando o período destes confrontos entre o Estado e Igreja no inicio da República e construindo um diagnóstico da rejeição da Igreja e de seu domínio sobre as massas, além do perigo que enxergavam os liberais quanto à convivência pacifica entre o Estado e Igreja. Roberto Romano (1979) vem justificar tal "perigo permanente" que

[5] DELGADO, Lucilia de Almeida Neves; PASSOS, Mauro (Org.). Catolicismo: direitos sociais e direitos humanos (1960 -1970). In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Org.). **O Brasil Republicano: o tempo da ditadura** – regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 96.

[6] A chamada questão religiosa foi um episódio da história Brasileira, em que ocorreu um conflito entre bispos ultramontanos da Igreja Católica e a Maçonaria.

demanda os inimigos da Igreja, ao mencionar a capacidade que têm a Igreja de inserção entre as massas e de possível empecilho no plano da consciência popular dizendo:

> A Igreja possui uma capacidade de recolhimento e mergulho na cultura popular que distancia de maneira certa (pelo menos antes do surgimento dos grandes meios de propaganda de massa, como os audiovisuais) a influência das elites leigas e laicizantes. Ela pode deste modo aparecer como sério empecilho ao "funcionamento" da "máquina de instrução" no plano da consciência popular.[7]

A Igreja Católica no Brasil durante a primeira metade do século XX inaugurava por intermédio dos novos esforços pastorais e sociais de bispos como Dom Sebastião Leme da Silveira Cintra[8], um movimento gradual de mudanças em sua proposta social, cultural e catequética. A chamada "reação católica", que segundo Cândido Moreira Rodrigues vislumbrou na Igreja Católica durante o pontificado de Leão XIII estava em efervescência nas "iniciativas católicas em torno da questão social e na renovação do tomismo, no campo das ideias"[9].

Este quadro de iniciativas atingiram também a Igreja no Brasil sob a forma das muitas articulações e projetos de Dom Leme juntamente com o laicato intelectual que aos poucos inseria no catolicismo um sentimento militante quanto a mudanças no quadro político e social do país, tendo por finalidade a restituição da ordem religiosa e reaproximação com as elites e o Estado, já que assim anunciada a República, anunciou-se a laicização das intituições.

Nas duas primeiras décadas do século XX, a Arquidiocese de Olinda e Recife também experimentará parte desse movimento de renovação do catolicismo, de "um novo esforço de romanização da Igreja Brasileira", primeiro com Dom Luiz Raimundo de Brito (1901-1916), e depois com seu sucessor Dom Sebastião Leme que como aludimos acima desempenhará importante papel na Igreja Brasileira, principalmente a partir de seu ministério a frente da Arquidiocese do Rio de Janeiro, antes disso exerceu episcopado em Pernambuco entre os anos de 1916 e 1922, tendo como principal preocupação "o fortalecimento da Igreja enquanto instituição e, nessa preocupação, a formação

---

7 ROMANO, Roberto. Brasil: **Igreja contra Estado**. Editora Kairós, São Paulo, 1979, p. 111.

8 Arcebispo do Rio de Janeiro em 1930 e escolhido o segundo cardeal brasileiro no mesmo ano.

9 RODRIGUES, Cândido Moreira. **A Ordem – uma revista de intelectuais católicos (1934-1945)**. Belo Horizonte: Autêntica / Fapesp, 2005, p. 138.

permanente do clero. Queria ele um clero ilustrado, capaz de conversar com a elite", como aponta o historiador Severino Vicente da Silva.[10]

O CENTRO DOM VITAL, A AÇÃO CATÓLICA E OS GRUPOS CONSERVADORES

É em torno do Centro Dom Vital que se cristalizam as energias dos intelectuais brasileiros por mais de uma geração. É onde se encontram em particular os nomes de duas personalidades que encarnarão mais tarde o símbolo de duas visões antagônicas da Igreja: Alceu Amoroso Lima[11] e Gustavo Corção.

A Dom Leme caberá durante os primeiros anos da década de 1930 à criação da Ação Católica Brasileira. Presente em muitos países europeus, o movimento católico se colocava como auxiliar da hierarquia eclesiástica tendo suas diretrizes ligadas aos interesses da Santa Sé. No Brasil (ACB) esteve sob a direção de Alceu Amoroso Lima, terá como órgãos a Liga Eleitoral Católica (LEC) que visava orientar os católicos nos processos eleitorais, no esforço de reintroduzir os valores cristãos na sociedade brasileira, progressivamente foram se desenvolvendo formas de atuação da Igreja junto aos leigos – Juventude Agrária Católica (JAC), Juventude Estudantil Católica (JEC) destinada a estudantes secundaristas, Juventude Independente Católica (JIC), Juventude Operária Católica que mantinha esforços juntos a classe operária, e a Juventude Universitária Católica (JUC)

A Juventude Universitária Católica que começará como "um movimento conservador, clerical, visando cristianizar a futura elite"[12] tomará outros contornos no fim da década de 1950 e inicio da década de 1960, principalmente no que concerne a maior autonomia, tendo maior envolvimento no movimento universitário e na esquerda, será gradativamente influenciada por esta última. No final dos anos de 1950, a JUC deu inicio a uma rápida radicalização que conduzirá a conflitos com a hierarquia da Igreja,

[10] SILVA, Severino Vicente da. **Entre o Tibre e o Capibaribe**: os limites da igreja progressista na Arquidiocese de Olinda e Recife. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2006, p. 128.

[11] Conhecido também pelo pseudônimo "Tristão de Athayde" nasceu em 11 de dezembro de 1893 e converteu-se ao catolicismo aos 34 anos: notabilizou-se ao longo do século XX, por sua presença no cenário intelectual brasileiro: como crítico literário, ensaísta, professor universitário, tradutor, além de autor de várias obras. Escreveu para milhares de colunas jornalísticas do país. Faleceu em 14 de agosto de 1983.

[12] MAINWARING, Sott. **A Igreja Católica e política no Brasil, 1916-1985**. São Paulo: Brasiliense, 2004, p. 84.

principalmente com a direita católica e os bispos conservadores, preocupando até os bispos moderados com sua excessiva politização, o que ocasionará reação de lideres da Igreja, entre eles Dom Eugênio Sales, esses sérios conflitos culminam com a confecção de documento episcopal que será emitido no fim de 1961, proibindo o movimento de fazer pronunciamentos radicais e de assumir compromissos políticos "indesejáveis". O documento marca o começo das sanções contra a JUC, e em 1966, quando o movimento finalmente se dissolveu devido ao descontentamento gerado no clero, a JUC entrou em declínio paulatino (WAINWARING, Scott. 2004. p. 85).

A Ação Católica é constituída em Pernambuco durante o episcopado de Dom Miguel Valverde (1922 – 1951), mas especialmente no ano de 1936 quando foi oficializada e durante seu episcopado foi disseminada pelo estado. Em Caruaru durante o governo episcopal de Dom Paulo Hipólito de Souza Libório foi reorganizado a Ação Católica, que já contava com núcleos em Caruaru, Bezerros, Bonito e Camocim de São Felix[13]. Dom Hipólito auxiliado pelo Pe. José de Sales Tiné , organizou a Juventude Independente Católica Feminina (JICF), instaurou também a Juventude Estudantil Católica (JEC) que ficou sob a orientação do Pe. Everardo Bezerra.

O órgão que teve mais sólido florescimento na Diocese de Caruaru foi a Juventude Agrária Católica (JAC) criada em 1958 por Dom Hipólito e estendida para as paróquias do interior em Bonito, Altinho, Cachoeirinha, São Joaquim e São Caetano. A JAC desenvolvia atividades de formação humana junto aos pequenos agricultores, tais núcleos se mantinham nas palavras de Dom Paulo Hipólito como; "belas e confortadoras esperanças dos benefícios religiosos e sociais que a Ação Católica presta às nossas populações rurais"[14].

Assim a Igreja dinamizava sua atividade junto a sociedades em seus mais diversos âmbitos sociais, mostrando-se um instrumento de persuasão e forte influência ante a consciência das massas, é, por isto, que como inicialmente citamos Roberto Romano salienta que a Igreja pode ser um "empecilho" ao funcionamento da "maquina de instrução" do Estado. A Igreja soube assim conglomerar atividades e iniciativas levadas a cabo por eclesiásticos ou leigos na promoção da "restauração católica" que incluía o restabelecimento da ordem religiosa no país e das relações com o Estado, a

[13] FONSECA, Mário. **História da Diocese de Caruaru**. Caruaru, edição do autor, 1973, p. 165.

[14] Carta Pastoral Sobre a Ação Católica de Dom Paulo Hipólito.

exemplo do passado, além de maior participação dos católicos na política e da colaboração plena destes últimos com a missão salvacionista da Igreja.

É no pós-Segunda Guerra Mundial em que a Europa encontrasse arruinada, procurando aos poucos se reconstruir que o clero europeu, principalmente na França que preocupações com as injustiças e problemas sociais se aprofundaram contaminando não só o continente europeu, mas a América Latina. No Brasil com o fim da "aliança implícita" entre a Igreja Católica e o Estado no período entre 1930 e 1945, sob o governo de Getúlio Vargas e inicio do período democrático que os bispos reorganizaram a Igreja em torno dessas questões, principalmente a partir do ano de 1952, quando sob a inspiração do Monsenhor Helder Câmara será criado a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) em 1952, e também do CELAM, em 1955, outro forte impacto será causado pela encíclica *Mater et Magistra*, do Papa João XXIII, em 1961. O documento tratará de problemas inerentes ao povo subdesenvolvido e acenará para um catolicismo reformista abrindo caminho para consolidação das novas práticas pastorais especialmente na America Latina, essa reflexão acerca das práticas pastorais da Igreja Católica no mundo, terão seu ápice no Concílio do Vaticano II em 1962.

O Pe. Charles Antoine em seu trabalho "o integrismo brasileiro": dedicou-se a estudar as correntes ideológicas que permearam ao catolicismo brasileiro durante grande parte do século XX, considera a Ação Católica como "lugar de reunião de todo o laicato do país, seja procedente do Centro Dom Vital ou dos numerosos grupamentos devotos, como as Congregações Marianas em plena floração". (ANTOINE, 1980: 18).

Também esclarece o padre francês que as grandes correntes do catolicismo brasileiro iram se desdobrar em uma "clivagem definitiva" que opera:

> Em uma, a tomada de consciência dos problemas sociais e culturais leva a uma abertura à "esquerda", depois no limite, a opções políticas do tipo socialista. Na outra, o medo do comunismo induz uma violenta reação no sentido da defesa da "civilização ocidental cristã".[15]

A partir da década de 1940, Alceu Amoroso Lima passa progressivamente a adotar uma postura liberal, tratando-se de política e catolicismo ajudado pelas reflexões de intelectuais como Jacques Maritain, Yves-Marie Congar, Emmanuel Mounier,

[15] ANTOINE, Charles. **O Integrismo brasileiro**. Editora Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1980, p. 18-19.

Teilhard de Chardin. Sua guinada para a "esquerda", se tornara um incomodo para os conservadores.

O maior legado desta introdução do progressismo no pensamento da Igreja, segundo os integristas é a: distração de grande parte do clero, especificamente quanto ao sentido *transcendental* e missiológico da Igreja ligado a mensagem redentora operada por Cristo nos Evangelhos, o que podemos chamar de "catolicismo integral", para dotar-se de um sentido *imamente* da atuação da Igreja que passa a recolher unicamente o homem em sua materialidade e as preocupações sociais que o cercam, ou seja, "catolicismo social". É na luta contra esta prerrogativa que se funda a forma de atuação de entidades como:

A TFP, chamada "Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, da Família e da Propriedade" fundada por Plínio Corrêa de Oliveira em 1960. A TFP participará ativamente do processo de agitação da opinião pública e deterioração do governo de Goulart, assim como participará das "Marchas da Família com Deus e pela Liberdade" em 1964 e prestará apoio incondicional a Ato Institucional nº 5 que atribuiu plenos poderes aos militares em dezembro de 1968.

Entre as décadas de 1960 e 1980 no Brasil, a TFP articula diversas campanhas para mover a opinião publica, tais campanhas iram ressoar violentamente no âmbito político e terão boa receptividade e simpatia por grande parte da mídia brasileira que naquele momento se mantinha conservadora em muitos aspectos da vida pública do país.

A cidade de Caruaru foi um dos municípios nordestinos visitados por algumas das caravanas da TFP ao longo da década de 1960[16], em uma destas visitas ocorrerá a reação de estudantes secundaristas aos membros da caravana da TFP, que desenvolviam campanha recolhendo assinaturas no centro da cidade, na confusão segundo nos registrou dois de nossos entrevistados, um dos que se envolveu na reação dos estudantes foi preso pela policia, tratava-se de "Manoel engraxate" que se envolve na contenda dos estudantes rasgando material de campanha da caravana, além de bandeira[17] da TFP. Monsenhor João Cabral Bosco durante entrevista confessou que naquela manhã, presidia celebração na

[16] Não foi possível registrar com exatidão o ano destas visitas, mas alguns testemunhos orais indicam que a reação dos estudantes ocorreu entre 1967-1968. A pesquisa conseguiu conversar também com o Sr. Raymond de Souza que confirmou ter passado por Caruaru em 1969, integrando caravana da TFP que promoveu na cidade uma edição especial da Revista Catolicismo.

[17] Sobre a destruição da bandeira da TFP, pelo Sr. Manoel engraxate. O entrevistado Mons. João Cabral Bosco foi quem confirmou a história, logo foi solto a pedido de Dom Augusto Carvalho.

Igreja de Nossa Senhora da Conceição no centro da cidade[18]. O fato chegou a ser noticiado em rádio[19] da cidade.

Efervescerão outros grupos conservadores menores como o grupo "Permanência", fundado em 29 de setembro de 1968 pelo intelectual católico Gustavo Corção egresso do Centro Dom Vital. Corção desenvolvera sua combatividade não, por meio, de campanhas e ativismo militante que eram instrumentos de persuasão utilizados pela TFP, mas através de suas críticas e analises teológicas aliadas ao rigor intelectual que o fez trabalhar escrevendo para grandes jornais brasileiros, como O Globo do Rio de Janeiro e o Estado de São Paulo se lançara na luta contra o "progressismo católico".

O grupo "Hora Presente" foi fundado em 1968 congregavam-se em torno de revista do mesmo nome, figuras como José Guarany, Marcondes Orsini, José Pedro Galvão de Souza, Adib Casseb, Clovis Lema Garcia, José Fraga Teixeira de Carvalho, Lauro de Barros Siciliano, Italo Galli, Ruy de Azevedo Sodré, e José Orsini. A Hora Presente tinha como princípios o respeito ao Papa e à Hierarquia, a hostilidade ativa contra o totalitarismo moderno e a revolução, além da posse da concepção de "subsidiaridade" pela qual se colocavam a procurar o sentido de eficácia na diversidade. Desenvolveram-se essencialmente no terreno político, se colocando na proposta de analisar "os vícios do sistema democrático brasileiro e sobre a significação do regime militar" (ANTOINE, 1980: 58). Objetivavam servir à Igreja e colocar-se em defesa da sã doutrina, do primado de Pedro, do decoro da hierarquia, e da ação consciente e disciplinada dos leigos a luz das diretrizes do Concílio Vaticano II.

Neste período o cenário intelectual brasileiro vai produzir figuras emblemáticas de posturas ultraconservadoras como as adotadas pelo jornalista católico Lenildo Tabosa Pessoa[20], colunista dos jornais "O Estado de São Paulo" e "Jornal da Tarde". Notabilizou-se em suas muitas crônicas e artigos por seu anticomunismo, suas críticas a CNBB, seu

[18] O referido acontecimento foi confirmado pelos entrevistados Mons. João Cabral Bosco e pelo Mons. Guilherme Gomes. Também confirmado por informações levantadas com o professor e pesquisador Josué Euzébio Ferreira que estava entre os estudantes secundaristas que se colocaram contra a caravana da TFP.

[19] O Mons. Guilherme Gomes ao relatar a história em entrevista, menciona que escutou a noticia pela rádio, só não conseguiu lembrar-se do nome da referenciada rádio que transmitiu a noticia para a cidade.

[20] Lenildo Tabosa Pessoa nasceu em janeiro de 1935 em Caruaru, era filho do Dr. Luiz Pessoa da Silva. Começou sua carreira no jornal A Defesa. Ex-seminarista cursou Teologia e Filosofia na Universidade Gregoriana de Roma, formou-se em Direito no Recife. Além de ter trabalhado em diversos jornais do sul do país, foi também corresponde no Brasil do jornal L'Osservatore Romano periodico semioficil da Santa Sé, Faleceu em 15 de Agosto de 1993 em acidente aéreo.

alarde em torno do que considerava a infiltração do marxismo no pensamento e na vida da Igreja, além de sua feroz oposição a Teologia da Libertação e ao progressismo católico em geral. Por isto, Lenildo é enquadrado no estudo da direita católica desenvolvido pelo Pe. Charles Antoine (1980) no rol de integristas católicos mais influentes e militantes na Igreja brasileira durante o século XX.

Filho do Prof. Luiz Pessoa da Silva[21] intelectual católico e figura conhecidíssima da sociedade caruaruense durante a maior parte da segunda metade do século XX. Lenildo Pessoa iniciou sua carreira jornalista no jornal "A Defesa"[22], e terá mesmo após sua saída do jornal para militar em jornais de Recife e posteriormente em São Paulo seus artigos replicados durante os anos que antecedem e se seguem ao golpe de 31 de Março de 1964.

A POLÍTICA ANTICOMUNISTA DA IGREJA CATÓLICA

Desde o fim de a metade do século XIX a política da Igreja Católica em todo o mundo dedicava atenção redobrada com o comunismo, em um contexto marcado por disputas geopolíticas entre dois blocos: URSS e EUA, confronto das duas superpotências que emergiram da Segunda Guerra Mundial na chamada "guerra fria" (HOBSBAWN, Eric. 2013, p. 223), que se demonstravam antagônicas ideologicamente, economicamente e politicamente. O Magistério da Igreja confeccionará diversos documentos e encíclicas, através, dos papas Pio IX, Leão XIII, Pio XI, Pio XII e João XXIII[23]. Tais documentos apontaram o comunismo como incompatível com a doutrina católica. Sendo assim, o comunismo se tornaria o grande inimigo da Igreja.

De acordo com Marcio Moreira Alves[24], o Brasil durante o período populista de Vargas, mas especificamente em sua "instabilidade política" frente às classes sociais do Brasil, a hierarquia católica será forçada a fazer "uma série de constatações que iriam

[21] É tido como um dos pais do Ensino Superior em Caruaru fundou várias instituições de ensino na cidade, foi professor, articulista de alguns jornais da cidade e também diretor da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Caruaru – FAFICA, na qual auxiliou na fundação, católico militante foi presidente do Circulo Católico de Caruaru.

[22] FONSECA, Mário. **História da Diocese de Caruaru**. Caruaru, edição do autor, 1973, p. 261.

[23] Algumas das condenações estas presentes nas encíclicas *Qui pluribus* de 1846, *Quod Apostolici muneris* de 1878, *Rerum Novarum de 1891, Divini Redemptoris* em 1937. Além do *Decree against communism* de 1949 (que excomungava automaticamente os católicos que fossem comunistas) e a encíclica *Mater et Magistra em* 1961 do Papa João XIII.

[24] ALVES, Márcio Moreira. **A Igreja e a política no Brasil**. São Paulo: editora brasiliense, 1979.

provocar transformações institucionais, políticas e ideológicas na Igreja" (MOREIRA, 1979: 44). Entre as constatações que faria a Igreja Católica no Brasil, estava a sua fraqueza ante aos "seus novos inimigos" que estavam pelos caminhos de sua atuação pastoral no Brasil. "Inimigos", que eram: o marxismo, o protestantismo, a umbanda, a secularização[25].

A reação da Igreja Católica com o comunismo atingirá não só as grandes circunscrições eclesiásticas no Brasil, a exemplo, da Arquidiocese de Olinda e Recife que sob o episcopado de Dom Miguel Valverde (1922 – 1951) a cada ano demonstrava preocupação com o avanço do comunismo, principalmente, a partir de 1947, através das exortações do período quaresmal, onde procurava apresentar os muitos males do comunismo. O sucessor de Dom Miguel na Arquidiocese de Olinda e Recife em 1951, Dom Antônio de Almeida Morais Junior nutrirá a mesma perspectiva de seu antecessor com relação ao comunismo, o que se evidenciará em sua carta de saudação, quando abordando o tema ele afirma: "o capitalismo, apesar os seus erros, pode perfeitamente sofrer transformações necessária para o exercício da economia, enquanto que mesmo abstraindo de qualquer razão religiosa, o comunismo é inteiramente inadaptável ao Brasil".[26]

Em pequenas circunscrições como a Diocese de Caruaru que possuía um quadro de atuação local, com sede episcopal na cidade de Caruaru, também integrada por cidades vizinhas que durante a década de 1960 somavam 14 cidades, nas quais existiam 15 paróquias além da catedral em Caruaru e outras três paróquias na cidade. O clero diocesano era composto, por cerca, de 15 a 20 padres, não era diferente existia também a forte preocupação com o comunismo.

Estas preocupações com o comunismo ressoavam na atuação pastoral da Igreja Católica no Agreste, particularmente em Caruaru no período em que estamos discutindo, para colaborar com esta afirmação, destacamos o depoimento do monsenhor João Cabral Bosco que durante nos anos de 1960 era vigário da catedral em Caruaru, afirma que tais preocupações encontravam repercussão na Diocese "por que havia realmente uma

[25] Ibidem p. 44.

[26] SILVA, Severino Vicente da. **Entre o Tibre e o Capibaribe: os limites da igreja progressista na Arquidiocese de Olinda e Recife**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2006, p. 148.

preocupação com o ateísmo, o comunismo ateu. E a doutrina comunista [...] era realmente um bicho papão, isto repercutiu em toda parte, na sociedade, na Igreja"[27].

Os padres conservadores se constituíram em grandes articuladores, na campanha e luta contra o comunismo, seja através, de homilias, participação em programas de rádios e jornais ou na direção destes órgãos de imprensa. Serão os padres que gozando de bom prestigio e receptividade na sociedade, que ocuparam papel central em ações de denuncia dos males do comunismo, inclusive nos púlpitos católicos espalhados pelo país principalmente no fim da década de 1950, período que antecede o golpe civil-militar de 1964.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Márcio Moreira. **A Igreja e a política no Brasil**. São Paulo: editora brasiliense, 1979.

ANTOINE, Charles. **O Integrismo Brasileiro**. Ed. Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 1980.

BLOCH, Marc. **Apologia da História**, ou o Ofício do Historiador. Tradução de André Telles, Jorge Zahar Editor, Rio de Janeiro, 2001.

CARDOSO, Ciro Flamarion. **Um historiador fala de teoria e metodologia**: ensaios. Bauru, SP: Edusc, 2005.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves; PASSOS, Mauro (Org.). Catolicismo: direitos sociais e direitos humanos (1960 -1970). In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Org.). **O Brasil Republicano: o tempo da ditadura** – regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FONSECA, Mário. **História da Diocese de Caruaru**. Caruaru, edição do autor, 1973.

HOBSBAWN, Eric. **Era dos estremos**: o breve século XX (1914-1991). Tradução Marcos Santarrita, São Paulo, Companhia das Letras, 2013.

PORTELLI, Hugues. **Gramsci e a questão religiosa**. Tradução de Luiz João Gaio: Edições Paulinas, 1984.

RODRIGUES, Cândido Moreira. **A Ordem – uma revista de intelectuais católicos (1934-1945)**. Belo Horizonte: Autêntica / Fapesp, 2005.

[27] BOSCO, João Cabral. Entrevista, Caruaru, 22 de Março de 2012.

ROMANO, Roberto. Brasil: **Igreja contra Estado**. Editora Kairós, São Paulo, 1979.

SILVA, Severino Vicente da. **Entre o Tibre e o Capibaribe**: os limites da igreja progressista na Arquidiocese de Olinda e Recife. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2006.

História Cultural
Escritas, Circulação e Recepções
Escritas, Circulação e Recepções
História Cultural